

L E I nº 3.107/2011

Data : 19 de abril de 2011.

Súmula: Dispõe sobre a regulamentação das mães sociais no âmbito do Município de Bandeirantes(PR), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Celso Benedito da Silva, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Capítulo I – Das disposições conceituais

Art. 1º - Considera-se mãe social, para efeitos desta Lei, aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, desempenhando as funções de cuidado com a pessoa, a promoção do bem estar, o cuidado com a alimentação, com a saúde, com o ambiente domiciliar e institucional, incentivar a cultura e a educação, além de acompanhamento em passeios, viagens e férias, equivalendo a uma instituição familiar substituta.

Art. 2º - A mãe social prestará atendimento em unidade administrada por ONG's ou Entidade Filantrópica, que abrigue até no máximo 10 (dez) crianças e/ou adolescentes, com idade máxima completos de 13 (treze) anos.

Art. 3º - Por menor abandonado entende-se, para os efeitos desta Lei, o "menor em situação irregular" pela morte ou abandono dos pais, ou, ainda, pela incapacidade destes, que será definido pelos órgãos judiciais da Infância e Adolescência.

Capítulo II – Das Mães Sociais

Art. 4º - São atribuições da mãe social:

I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;

II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;

III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores que lhes forem confiados.

Parágrafo Único - A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir, juntamente com os menores que lhe forem confiados, na instituição que lhe for destinada.

Art. 5º - À mãe social ficam assegurados os seguintes direitos:

I - remuneração, em valor não inferior ao salário mínimo nacional;

II - repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas;

III - apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções;

IV - benefícios e serviços previdenciários, inclusive, em caso de acidente do trabalho, na qualidade de segurada obrigatória;

V - 13º salário;

VI - férias, bem como o 1/3 constitucional;

VII - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou indenização, nos termos da legislação pertinente.

Art. 6º - O trabalho desenvolvido pela mãe social é de caráter intermitente, realizando-se pelo tempo necessário ao desempenho de suas tarefas.

Art. 7º - A candidata ao exercício da profissão de mãe social deverá submeter-se a seleção e treinamento específicos, a cujo término será verificada sua habilitação.

§ 1º - O treinamento será composto de um conteúdo teórico e de uma aplicação prática, esta sob forma de estágio.

§ 2º - O treinamento e estágio a que se refere o parágrafo anterior não excederão de 60 (sessenta) dias, nem criarão vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 3º - A estagiária deverá estar segurada contra acidentes pessoais e receberá alimentação, habitação e bolsa de ajuda para vestuário e despesas pessoais.

§ 4º - Em conformidade com o artigo 6º, §4º da Lei 7.644/1987, o Ministério da Previdência e Assistência Social assegurará assistência médica e hospitalar à estagiária.

Art. 8º - São condições para admissão como mãe social:

I - idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos;

II - boa sanidade física e mental, com atestado expedido por médico habilitado;

III - instrução ensino médio completo;

IV - ter sido aprovada em treinamento e estágio exigidos por esta Lei;

V - boa conduta social;

VI - aprovação em teste psicológico específico.

Art. 9º - Serão mantidas mães sociais para substituir as efetivas durante seus períodos de férias e/ou afastamento do serviço.

§ 1º - A mãe social, quando no exercício da substituição, terá direito à retribuição percebida pela titular e ficará sujeita ao mesmo horário de trabalho.

Art. 10 - A contratação das Mães-Sociais poderá se efetivar através de concurso público ou teste seletivo, se for detectado caráter temporário na sua contratação, e o contrato de trabalho será por tempo determinado.

Parágrafo Único - A mãe social regularmente contratada ficará submetida ao regime jurídico celetista.

Art. 11 - As mães sociais ficam sujeitas às seguintes penalidades aplicáveis pela entidade empregadora:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão.

Parágrafo Único: Para a aplicação de sanções funcionais deverá ser respeitado processo de sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado o direito a ampla defesa e contraditório.

Capítulo III – Das Instituições

Art. 12 - As Instituições poderão receber doações, legados, vedada a aplicação em outras atividades que não sejam de seus objetivos.

Art. 13 - Fica facultado a qualquer entidade admitir as mães sociais, desde que cumprido o disposto nesta Lei e na Lei Federal nº. 7.644/1987.

Art. 14 - As instituições que mantenham ou coordenem o sistema de recebimento de menores abandonados, deverão prestar estes atendimentos de forma gratuita, e estarem registradas como tais no Conselho Nacional do Serviço Social, ficarão isentas do recolhimento dos encargos patronais à previdência social.

Capítulo IV – Das Disposições Gerais

Art. 15 - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar teste seletivo para a contratação de Mães-Sociais.

Art. 16 - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a reservar no orçamento municipal, inclusive por suplementação, verba pública suficiente para a disposição com a manutenção e o funcionamento das instituições, mesmo que seja em parceria ou repasses para as ONG's ou Entidades Filantrópicas.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes(PR), em
19 de abril de 2011.



Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal